

Elementos para pensar uma nova governança ambiental para um novo amanhã

Texto elaborado por um Analista Ambiental após inúmeras interações com outros servidores da carreira de especialista em meio ambiente. Todos e todas membros da resistência verde!

O Governo Bolsonaro é notoriamente reconhecido como o primeiro governo antiecológico da história do Brasil.

Seu objetivo foi extinguir o Ministério do Meio Ambiente e, desta forma, inviabilizar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado previsto na Constituição de 1988. Todavia, não houve interesse do Ministério da Agricultura em recepcionar as agendas ambientais, assim, mantido o MMA, o método de trabalho foi outro!

Existem duas formas para inviabilizar uma política pública: 1. Revogam-se as leis e normativos e extingue-se as instituições; ou 2. Cortam-se as verbas, servidores competentes são demitidos e em seus lugares são nomeados iniciantes (e incompetentes), falta de transparência, conselhos e colegiados são reformulados para que não ocorra a participação e o controle social, não reação aos ataques de interesses contrários à agenda ambiental, ou seja, acovardam-se, abram-se as porteiras e deixa a boiada passar! Método da omissão.

O método Salles/Bolsonaro consistiu, de forma ainda mais sofisticada, em cumprir a risca o item 2. Foram quatro anos de desmonte, enfraquecimento, perseguição, incompetência, omissão. Contudo, o pulso, ainda pulsa!

Houve resistência. De todas as formas e maneiras: servidores investidos em cargos, servidores agindo como lobos solitários, Associação dos Servidores, órgãos de controle (TCU e CGU), sociedade organizada, imprensa livre, Ministério Público. Sim, foram anos de contenção de danos, de fechamento de porteiras, de buscas de bois que desgarravam das boiadas.

**Como será amanhã?
Responda quem puder
O que irá me acontecer?
O meu destino será
Como Deus quiser**

O amanhã para a política ambiental será intenso, de reconstrução, de aprimoramento, de envolvimento de todas e todos.

Precisamos avançar em uma nova governança ambiental. Não basta voltar anos e refundar as instituições. Serão necessários novos movimentos. Inovações!

Obviamente o MMA precisa ser fortalecido. Precisa ser gerido pela coalisão entre quadros políticos e técnicos competentes. Precisa ter estrutura capaz de dar consequência às diretrizes apresentadas pelo Presidente Lula na COP do Egito. Devem voltar as agendas de florestas e recursos hídricos. Os fundos precisam ser fortalecidos para atuarem como instrumentos na implementação das políticas. O CONAMA e demais colegiados precisam ser recompostos e aprimorados. O combate ao desmatamento e demais crimes ambientais devem ser articulados pelo Centro de Governo (Presidência e Casa Civil), envolvendo Ministério da Justiça, Polícia Federal, Força Nacional, e sobretudo, os Estados. Os Planos de combate ao desmatamento devem ser revisitados, aprimorados e implementados. Mais que combater o desflorestamento, precisamos replantar florestas. Nossa meta é replantar 18 milhões de hectares. Precisamos de institucionalidade, de instrumentos para viabilizar essa meta.

A coordenação do Sisnama, a participação da sociedade e a educação ambiental devem ser centrais neste novo amanhã.

IBAMA e ICMBio devem voltar a ser geridos por servidores engajados, comprometidos e competentes. Seus orçamentos precisam ser recompostos. Instrumentos novos como a conversão de multas precisam ser destravados para que não nos falem recursos para a implementação das políticas.

Tendo em vista o delicado contexto fiscal que passamos, a cooperação internacional passa a ser estratégica. Neste novo amanhã a captação de recursos externos é um imperativo para voltarmos a ter respiro. O Fundo Amazônia, entre outros e inclusive fundos que podem ser criados, serão como antibióticos combatendo infecções.

O que irá acontecer...

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico precisa retornar ao MMA. Somos um ministério regulador. A ANA nasceu para promover o uso sustentável dos recursos hídricos. Lembrando que a segregação de funções na administração pública é elemento básico para evitar desvios e cooptações.

O Serviço Florestal Brasileiro também precisa retornar, todavia, mais fortalecido. É hora de pensarmos na transformação do SFB em uma agência reguladora. Para regular as concessões florestais, regular as Cotas de Reserva Ambiental e regular o mercado de carbono (florestal). Há demandas e espaço para a criação da Agência Nacional de Florestas – ANFLOR.

Um país mega biodiverso, líder mundial em florestas tropicais e em reservas hídricas, expoente de uma economia verde e de baixo carbono carece de uma nova governança ambiental.

Brasília, 30 de novembro de 2022

Falta um mês para o fim do pesadelo!